



ENSAIO SOBRE A EXPERIÊNCIA REMOTA DO VII SEUDI: EDUCAÇÃO SUPERIOR, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO

ESSAY ABOUT THE VII SEUDI REMOTE EXPERIENCE: HIGHER EDUCATION, UNIVERSITY EXTENSION AND INCLUSION

Roseneide Maria Batista Cirino - Professora Adjunto da Unespar Campus de Paranaguá. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Coordenadora do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva e do Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI). Coordena o Projeto de Extensão e Pesquisa – Educação Especial Inclusiva: Conhecer e viver a diversidade.

E-mail: roseneide.cirino@ies.unespar.edu.br

Victor Gabriel Castagnara - Discente da pós-graduação em Educação Infantil da Unespar Campus de Paranaguá. Bolsista do Programa de Residência Técnica em Gestão Pública (UEPG/SETI-PR).

E-mail: victorgabrielcastagnara@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio tem como objetivo retratar e refletir sobre a experiência remota no VII Seminário Educação, Diversidade e Inclusão (SEUDI), evento de extensão universitária da UNESPAR Campus Paranaguá, que ocorreu durante o mês de agosto de 2020, momento ápice da primeira onda de contágio pelo novo Coronavírus. Para tanto, inicialmente, o trabalho apresenta uma breve contextualização histórica sobre as Políticas de Educação Inclusiva no Brasil, com a intenção de situar o SEUDI em uma perspectiva de educação dialógica. No campo teórico os conceitos de Educação, Extensão e Inclusão foram revisitados a partir de um diálogo entre o trabalho de Mantoan e Paulo Freire para o qual a educação é comunicação, é diálogo, portanto, no sentido freiriano da extensão não como mera transmissão, mas enquanto ação comunicativa dialógica. A preocupação em torno das possibilidades de participação dos sujeitos, por meio remoto, foi constante. Apesar da ampliação das possibilidades de comunicação remota, durante a pandemia, houve sujeitos impossibilitados de participarem de forma síncrona, mas que acessaram o material em outro momento e, ainda assim puderam contribuir com reflexões e relatórios encaminhados via *forms* que era disponibilizado ao final de cada *live*, no caso dos que assistiam em outros momentos os *forms* eram liberados individualmente. O resultado explicita que o SEUDI é um importante evento que contribui para consolidação da Universidade enquanto instituição engajada na efetivação das políticas inclusivas, além de evidenciar como um caminho para maior abrangência do evento sua efetivação em formato simultâneo presencial e virtual.

Palavras-chave: comunicação; extensão universitária; inclusão.

ABSTRACT

This essay aims to portray and reflect on the VII Seminar Education, Diversity and Inclusion (SEUDI) remote experience, a university extension event of the State University of Paraná (UNESPAR), Paranaguá Campus, which occurred during the month of August in 2020, the apex moment of the first wave of contagion by the new Coronavirus. In order to do that, initially, a brief historical contextualization about the Inclusive Education Policies in Brazil is presented, with the intention of situating SEUDI in a dialogical education perspective. In the theoretical field, the concepts of Education, Extension and Inclusion were revisited based on a dialogue between the work of Mantoan and Paulo Freire, for whom education is communication, dialogue, therefore, in the Freirian sense of extension, not as mere transmission but as a dialogic communicative action. The concern about the possibilities of participation of the subjects, by remote means, was constant. Despite the expansion of remote communication possibilities during the pandemic, there were subjects unable to participate synchronously, but they accessed the material at different hours and were able to contribute with reflections and reports forwarded via Google forms that were available at the end of each live, while for those who attended at different hours the forms were released individually. The result shows that SEUDI is an important event that contributes to the consolidation of the University as an engaged institution in the implementation of inclusive policies, besides highlighting itself as a way to a greater coverage of the event as well as its effectiveness in simultaneous format in person and virtual.

Keywords: communication; university extension; inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como objetivo central retratar e refletir sobre a experiência remota do Seminário Educação, Universidade, Diversidade e Inclusão (SEUDI) enquanto atividade extensionista e, também espaço político e pedagógico de criatividade e resistência frente aos novos desafios socioeducacionais, principalmente, no que diz respeito à necessidade de discussões, estudos e socialização de conhecimentos sobre a inclusão educacional, seja na educação básica ou mesmo na universidade.

Para isso, o texto percorre uma breve contextualização histórica das políticas de inclusão no Brasil, com a intenção de situar o SEUDI em uma dimensão mais integrada com as dinâmicas das políticas de inclusão. Em seguida apresenta uma breve trajetória da construção do SEUDI na UNESPAR, desde sua primeira edição em 2013. Ou seja, desde a primeira edição muita história foi construída e, essa merece ser resgata e, por sua vez impulsionar outras pesquisas com o necessário aprofundamento e discussão em torno do trajeto histórico do seminário.

O texto também levanta uma reflexão sobre a atividade de extensão remota e seus desafios socioeducacionais, a partir dos conceitos de Educação, Inclusão e Extensão, sendo importante destacar logo de início a consonância com as ideias de Paulo Freire para o qual a extensão na acepção semântica reporta a ideias como: transmissão; sujeito ativo (o que estende); conteúdo (que é escolhido por quem estende); recipiente (do conteúdo); entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”).

Daí que se fale em atividades extra-muros; messianismo (por parte de quem estende); superioridade (do conteúdo de quem entrega); inferioridade (dos que recebem); mecanicismo (na ação de quem estende) e, invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo

daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem) (FREIRE, 1997).

O desafio principal dos organizadores do SEUDI, no contexto da pandemia, consistia em preservar a característica protagonista dos acadêmicos, mas, sobretudo da comunidade e, além disso configurar-se como um ato de comunicação dialógica. A conclusão do ensaio apresenta algumas considerações sobre a experiência remota de (re)inventar o SEUDI.

Importante evidenciar que a conjuntura da pandemia do COVID-19 ainda vem trazendo inúmeras consequências para a saúde integral da população mundial como um todo, afetando principalmente, as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, como é o caso de alguns municípios componentes da classe trabalhadora do município de Paranaguá no Litoral Paranaense, da qual advém um significativo número de acadêmicos da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campus de Paranaguá.

Esse contexto, também foi pontuado por pesquisadores como Voidelo e Meirelles (2020) os quais apontam que, com a negação da adoção de políticas de inclusão social emergenciais, como a ampliação do Programa Bolsa Família, a tendência local é que haja um aumento significativo no número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Na verdade, pode-se entender que o litoral paranaense é uma região caracterizada pelo desenvolvimento precário das potencialidades locais, pois ao longo do séc. XX, o desenvolvimento econômico-social se concentrou na capital do Estado, com expansão para as regiões oeste e norte do Estado, ficando a região do litoral numa espécie de “limbo” sócio-econômico, sendo que a classe dominante, em grande parte, passou a visualizar a região apenas como um local de exploração do turismo e do lazer. (VOIDELLO; MEIRELLES, 2020. p. 01).

Assim, da junção das condições de subsistência precária ao contexto pandêmico constatou-se que a população da região do litoral do Estado se manteve, durante boa parte do período da pandemia, com os maiores Coeficientes do Estado de Mortalidade (Óbitos por 100 mil habitantes) pelo novo Coronavírus (PARANÁ, 2021). Entretanto, a pandemia apenas escancarou o fato de que a exclusão é um fenômeno inerente ao próprio sistema capitalista, especificamente, em sua expressão neoliberal.

Os novos desafios socioeducacionais transitam em meio a essa combinação desumana, precariedade e exploração do homem. Da combinação das condições objetivas (predatórias) e subjetivas (subserviente) ratificam obstáculos já existentes para a inclusão escolar, no contexto do ensino remoto, com a intensificação da vulnerabilidade da população e de alguns sujeitos da comunidade acadêmica circunda a Unespar. As condições desiguais se intensificaram, justamente, pela postura negacionista de um governo que continua promovendo o desmonte estrutural das políticas sociais conquistadas com muita luta e resistência desde a redemocratização do país em 1988.

Na UNESPAR, uma pesquisa feita com estudantes da graduação neste ano de 2021 pelo Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), revelou que a pandemia, trouxe a morte de parentes próximos, o isolamento social e, tem ativado de forma generalizada e coletiva sentimentos como, ansiedade, depressão e medo. Ainda nesta pesquisa foi questionado aos acadêmicos sobre a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão no modelo remoto para o que, em torno de 85% responderam que tal manutenção “representaria” uma possibilidade de “sentir-se” em ação, na ativa.

Nesse contexto, o SEUDI precisou ser reinventado. (Re)inventar o SEUDI foi uma necessidade e um grande desafio, já que a maior parte dos docentes e estudantes ainda não haviam conseguido, por diferentes razões, desenvolver as habilidades necessárias para acessar este novo universo

digital de comunicação. Como brevemente já contextualizado muitos estudantes também, não possuíam acesso à internet, principalmente aqueles de regiões mais afastadas, no meio rural ou nas ilhas, por exemplo.

Num contexto de contradições, ao mesmo tempo em que o evento propiciou a inclusão de pessoas de diferentes lugares do país, com uma participação diária de mais de quinhentas pessoas *online*, impossibilitou o acesso síncrono de uma parcela da comunidade escolar.

A partir deste desafio da inclusão, a universidade procurou, além de disponibilizar o material em formato *off-line*, também instituir uma política de inclusão digital, através do empréstimo de aparelhos celular com pacotes de dados móveis. Outro dado importante foi considerar a participação e contribuição dos acadêmicos mesmo em contexto *off-line* a partir do qual, também, recebiam os *forms* de frequência individualmente e, contribuía com as questões ali colocadas para a reflexão e indicação de demandas para as próximas edições do SEUDI. Esta experiência remota, tornou mais nítidas as condições de desigualdade e vulnerabilidade social, dentro da própria universidade. O SEUDI continua disponível no Canal da UNESPAR Campus Paranaguá, que já conta com mais de mil e trezentos inscritos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho faz parte do exercício de reflexão sobre o processo de construção e resultados do VII SEUDI dentro do contexto da pandemia do COVID-19. Dessa forma, este texto, faz parte ainda do próprio evento, como um “mergulho” em sua trajetória e seus contornos político-pedagógicos.

O texto está dividido em quatro etapas complementares, a primeira que busca situar as origens e fundamentos do evento em sua conjuntura histórica e cultural, principalmente, no campo das políticas públicas da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, considerando que “(...) o processo de inclusão encontra-se articulado a um movimento mais amplo de internacionalização de direitos (...)” (RAHME, 2013. p. 95).

A segunda etapa é uma síntese da trajetória do SEUDI como um todo, desde 2013 em sua primeira edição. Aqui foram reunidos documentos e memórias que pudessem retratar a identidade do evento, assim como algumas especificidades de cada edição. A maior parte destas informações estava disponível no histórico da página oficial da UNESPAR, no entanto nem todas as edições ficaram registradas na página da universidade, tendo em vista que se tratava de um momento de transição institucional, de uma “Faculdade Isolada” para junto a outras seis faculdades do estado do Paraná que constituíram em, 2013, a UNESPAR.

Na terceira etapa, foi realizada uma reflexão em torno de três conceitos centrais para o SEUDI: Educação, Extensão e Inclusão. Para isso, buscou-se, principalmente no trabalho dos professores Maria Teresa Eglér Mantoan e Paulo Freire, especificamente em seus livros “Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?” e “Extensão ou comunicação”, subsídios para reflexão crítica e apontamentos para uma prática cada vez mais inclusiva e libertadora.

Por fim, foi possível dissertar sobre o processo de construção e os resultados da VII edição do SEUDI a partir de uma perspectiva mais sedimentada e esclarecida acerca dos propósitos do evento, assim como relacionar esta ação extensionista com um projeto institucional maior que privilegia a escuta e o apoio educacional especializado na perspectiva da diversidade e inclusão humana. Nesse sentido:

A intenção é que os professores sejam capazes de explicar o que antes só sabiam reproduzir a partir do que aprendiam em cursos, oficinas, palestras, exclusivamente. A proposta incentiva os professores a interagirem regularmente com seus colegas, a estudarem juntos e a que estejam abertos a colaborar, com seus pares, na busca dos caminhos pedagógicos

da inclusão. (MANTOAN, 2003, p. 44)

Esta última parte do ensaio foi uma ótima oportunidade para reflexão sobre as considerações apresentadas pelos participantes, recolhidas através dos formulários (*Google forms*), os quais foram disponibilizados ao final de cada um dos cinco dias, cada dia com dois Blocos (A e B). Nestes formulários foram respondidas as seguintes questões: 1) A temática abordada contribuiu para sua formação acadêmica – profissional? 2) Indique os aspectos mais relevantes para você. 3) Os recursos técnicos atenderam às demandas do evento? 4) Que temas ou assuntos você considera importante serem abordados nas próximas edições do SEUDI?

UM BREVE PANORAMA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL

Este ensaio é justamente um exercício de promover a educação enquanto um processo de tomada de consciência e foi organizado de modo que a leitura vá instigando a inserção em um universo muito maior e complexo da inclusão. Paulo Freire (1997, p. 68) nos ensinou que: “Se a tomada de consciência, ultrapassando a mera apreensão da presença do fato, o coloca, de forma crítica, num sistema de relações, dentro da totalidade em que se deu, é que, superando-se a si mesma, aprofundando-se, se tornou conscientização”. Por isso, nesta primeira parte do ensaio, optou-se por explorar o SEUDI, estabelecendo algumas relações contextuais históricas, mais especificamente no campo das políticas de inclusão no Brasil.

Assim, para que se possa compreender melhor as políticas de inclusão no contexto universitário brasileiro, e especificamente o papel do SEUDI no fortalecimento da práxis inclusiva, é importante entender suas origens e influências políticas e pedagógicas. Neste processo de busca, vai-se compreendendo que as políticas de inclusão no Brasil têm uma história muito particular, mas, que também são fortemente influenciadas pelo movimento da inclusão internacional, principalmente pela corrente norte americana (RAHME, 2013).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a já mencionada Declaração de Salamanca, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999), também conhecida como Convenção de Guatemala, e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), também conhecida como Convenção de Nova Iorque, são marcos importantes desse percurso, orientando os Estados signatários a adotarem uma série de medidas em favor de processos educativos mais igualitários e abertos às diferenças.. (RAHME, 2013, p. 97)

Com isto, torna-se importante considerar que o campo da diversidade na escola não deveria estar restrito apenas à inclusão de grupos específicos de pessoas com deficiência, como historicamente, ocorreu, mas considerar a diversidade enquanto condição inerente ao ser humano, assumindo que existem outros sujeitos, outras pedagogias. (ARROYO, 2012). Nesse direcionamento, Cirino (2015, p. 54) salienta ainda que “...a ideia de inclusão assumiu um lugar comum no meio social, e até mesmo educacional, quando estes articulam à inclusão condição de deficiência, como se apenas aqueles que apresentassem deficiência estivessem excluídos”.

Mesmo com todo um avanço político no campo democrático nacional, no final do século xx a prática pedagógica no geral, tanto a educação básica quanto a formação de professores na universidade, ainda manteve-se vinculada à perspectiva integracionista, perspectiva que para Mantoan (2003, p 15) “...trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados (...) Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências”.

A prática revela que a exclusão não se fez apenas em relação aos educandos, mas aos próprios educadores que, em grande medida, pautam suas aulas em modelos homogêneos a serem reproduzidos em sala de aula, de fato, os professores formadores também foram alijados de reconhecer a diversidade humana que se fez e se faz presente nas escolas e,

assim, em um processo de mediações recíprocas, os docentes, ao serem impossibilitados de reconhecerem a diversidade humana como inerente ao próprio ser humano, e, portanto, necessária em uma sala de aula, deixam de reconhecer-se como sujeitos também diversos e, por conseguinte, com necessidade de aprendizagens contínuas. (CIRINO, 2015, p. 34)

No ano de 1994, a Declaração de Salamanca foi um acordo importante para um repensar as práticas inclusivas, principalmente sobre o acesso das crianças especiais, jovens e adultos, no sistema regular de ensino, trazendo a ideia de “Pedagogia Centrada no Aluno”. Aqui no Brasil, mesmo com a Política Nacional de Educação Especial, promulgada neste mesmo ano de 1994, os estudantes classificados como especiais ainda eram segregados em espaços “a parte”, mesmo dentro da escola regular (PLETSCH, 2014).

Mais uma vez, ainda persiste a concepção integracionista, a responsabilidade por superar obstáculos é do sujeito e, não se considera o fato de que o meio também faz parte do próprio processo de exclusão. A partir da elaboração desta consciência de que o meio social “está” excludente, e não simplesmente “é” excludente, vai se tornando necessário caminhar para outras abordagens epistemológicas e praxiológicas.

No panorama internacional, os grandes marcos políticos deste processo de revisão epistemológica acerca das práticas inclusivas foram, a Convenção de Guatemala e a Convenção de Nova Iorque, realizadas em 1999 e 2006, respectivamente. Para Garcia e Michel (2011, citado por RAHME, 2013, p. 100), os encaminhamentos dessas convenções deram sustentação teórico-prática para a promulgação da nossa Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, que tornou os serviços de apoio especializado obrigatórios, de forma complementar ou suplementar, e não mais como substitutivos à educação “comum”. (BRASIL, 2008). Na linha da argumentação de Mantoan essa política representa a oportunidade de se trabalhar a partir da perspectiva da inclusão total e irrestrita:

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas — sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim. (MANTOAN, 2003, p. 18)

Ao trazer para o debate da inclusão a ideia de diversidade enquanto condição inerente ao ser humano, temos a oportunidade de ampliar nossa consciência e conseqüentemente, evoluir com nossas práticas docente na perspectiva inclusiva. Considerar a diversidade humana é uma oportunidade de olhar para o “todo” e estabelecer as devidas relações entre as “diversas partes” que constituem nossa humanidade. O “todo” nos leva a perceber para além das aparências, e ao mesmo tempo nos conduz em um processo contínuo de transformação. É este cenário que alimenta a propositura do SEUDI enquanto espaço tempo de construções coletivas permeada pelo debate em torno das problemáticas que se inserem professores, acadêmicos e, sujeitos com deficiência.

A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO SEUDI NA UNESPAR CAMPUS PARANAGUÁ

O SEUDI é um seminário vinculado ao projeto CAIES – Centro de Apoio à Inclusão no Ensino Superior, criado pela Resolução Nº 001/2013. Este projeto foi elaborado e apresentado à apreciação e aprovação na última congregação realizada ao final do ano de 2012, quando a instituição, ainda, era uma “faculdade isolada”. A FAFIPAR (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá) tem uma atuação pioneira no campo de formação de professores na região do Litoral Paranaense, tendo sido fundada em 1956. Somente no ano de 2013 é que a antiga FAFIPAR passa a integrar a rede de sete faculdades isoladas do Estado, as quais deram origem à UNESPAR, a mais recente universidade do Paraná.

O evento é, atualmente, articulado pelo Núcleo de Educação Especial Inclusiva de Paranaguá (NESPI). Sua primeira edição ocorreu em 2013, com o objetivo de “atender as demandas que se apresentavam na educação escolar em âmbito nacional, principalmente na esfera pública de ensino no que se refere ao atendimento à diversidade humana, bem como, a influência destas nas práticas desenvolvidas nos cursos de formação superior” (UNESPAR, 2014).

O SEUDI responde às demandas de ordem legal que direcionam para a organização do sistema educacional inclusivo transversal a todos os níveis e modalidades de Ensino conforme estabelecido no (PNE - Projeto de lei - 2011-2020), especificamente, na meta 12 e estratégia 12.5 que estabelece a ampliação, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico (UNESPAR, 2014).

Sua segunda edição ocorreu entre os dias 28 e 29 de agosto de 2014, a partir de uma parceria entre a UNESPAR, o NRE Paranaguá (Núcleo Regional de Educação de Paranaguá envolvendo os sete (7) municípios litorâneos); a UFPR setor Litoral e a SEMEDI (Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá), tendo como objetivos: 1) Propiciar reflexões teórico-práticas acerca das áreas das deficiências, altas habilidades/superdotação e TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento) com enfoque nos aspectos relacionados à inclusão educacional; 2) Refletir acerca das temáticas relacionadas à diversidade e inclusão na escola; 3) Discutir aspectos relacionados às áreas compreendidas na modalidade de Educação Especial e Inclusiva; 4) Propor a elaboração de uma Petição Pública para ordenamento de ações futuras em resposta aos dispositivos éticos e legais. Esta edição foi que teve maior público presencial num total aproximado de seiscentas pessoas na palestra de abertura com o prof. Dr. Miguel Arroyo (UFMG) que se realizou no Teatro Municipal “Professora Rachel Pereira da Costa”.

Com relação à edição III e IV não foram encontrados arquivos disponíveis na página da Instituição, pois naquele contexto a UNESPAR ainda estava se estruturando e, por isso os acessos e recursos do site institucional, as páginas divulgação, eram muito limitados. Além disso, o trabalho era, basicamente, feito por meio de cartazes e visitas presenciais aos estabelecimentos de ensino, sobretudo, Núcleo Regional de educação e secretarias municipais. Destaca-se aqui que a edição de 2015, não ocorreu em função do movimento de greve ocorrido nas IES paranaense. Embora, não se tenha dados físicos sobre essas edições é importante considerar que, a pesquisa pautada na metodologia das narrativas, com organizadores, docentes universitários, docentes da educação básica e mesmo egressos pode contribuir para a produção de dados que permitam aprofundar sobre a história desta trajetória extensionista. No entanto, no espaço tempo deste ensaio, centramos nos dados já disponíveis.

A edição V ocorreu entre os dias 19 a 23 de novembro de 2018, de forma articulada e integrada com o VII EDEPE (Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense), e VIII Encontro do Grupo

de Psicologia e Educação. Neste ano os eventos trouxeram para o centro do debate, a temática “Educação e formação: diálogos necessários”.

A edição do VI SEUDI¹ aconteceu de 04 a 08 de novembro de 2019 a partir de uma temática que girou em torno da “Formação de professores: desafios na contemporaneidade”, assunto provocado pela palestra de abertura. Esta edição ocorreu de forma articulada e integrada ao VIII EDEPE e ao IX Encontro do Grupo de Psicologia e Educação. A comunidade acadêmica também pode participar enviando trabalhos em três diferentes categorias: Comunicação; Pôster; e/ou Relato de Experiência.

Naquele ano de 2019, o evento proporcionou, como de costume, espaços formativos durante a semana toda, encerrando as atividades com 10 oficinas no campo específico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva: 1) Dislexia e Inclusão; 2) Surdez e Inclusão; 3) Surdocego e Inclusão; 4) Deficiência Intelectual e Inclusão; 5) Altas habilidades e Inclusão; 6) Adaptações Curriculares; 7) TDAH e Inclusão; 8) Transtorno do Espectro Autista e Inclusão; 9) Deficiência visual e Inclusão; 10) Deficiência física e neuromotora.

Ressalta-se que todas as edições são organizadas a partir de demandas advindas da própria comunidade e, sempre dispõe de espaço de discussão, questionamentos, enfim, o debate pautado numa comunicação dialógica. Há um cuidado, da parte dos organizadores e, conseqüente dos acadêmicos que protagonizam edição a edição do seminário, em não se posicionar como os “sabedores” “transmissores” de verdades prontas e acabadas, por isso a pauta originária sempre parte de demandas concertas e, colocadas em discussão nos momentos das exposições dentro dos círculos de debates.

Cumprir destacar que este evento de extensão, pela sua trajetória, já tem grande importância regional para formação inicial e continuada de professores no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O envolvimento da comunidade acadêmica com outras instituições e pessoas da comunidade, professores, estudantes, gestores e familiares, tem fortalecido a própria instituição em sua articulação comunidade-escola, e contribuído especificamente para a qualidade dos cursos de licenciatura.

EXTENSÃO REMOTA E OS NOVOS DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS DA INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA

Basta assistir os canais de comunicação mais populares do país para saber que o ano de 2020 ficará marcado na história pelas conseqüências mortais da rápida disseminação no novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

A Universidade Pública enquanto instituição republicana integrante da sociedade capitalista, e repleta de contradições internas, também teve que passar por várias mudanças cotidianas para enfrentar os novos desafios socioeducacionais impostos pela pandemia do COVID-19. Neste cenário, diante da postura negacionista do Estado Brasileiro, liderada ideologicamente, pelo executivo federal, a adoção de medidas de prevenção em saúde, e, também socioeconômicas e o processo de vacinação da população ficaram de lado. Neste cenário de colapso social, o papel da universidade pública merece destaque especial:

(...) a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um

¹Para conhecer na íntegra a programação do VI SEUDI: <https://paranagua.unespar.edu.br/noticias/viii-edepe-ix-encontro-do-grupo-de-psicologia-e-educacao-e-vi-seudi>.

Estado republicano e democrático. Postos os termos desta maneira, poderia supor-se que, em última instância, a universidade, mais do que determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, seria antes um reflexo deles. Não é, porém, o caso. É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas (CHAUÍ, 2003, p. 6).

Com isto, considerou-se importante refletir justamente sobre a própria função social da educação pública, mais especificamente o papel da extensão universitária dentro da realidade concreta da pandemia do COVID-19 e da intensificação da vulnerabilidade social, com impactos diretos na comunidade acadêmica.

Este debate parte então, justamente da reflexão sobre o que vem a ser, “Educação”, “Inclusão” e, também o que vem a ser especificamente “Extensão” no processo de formação de professores. Mas antes, o que vem a ser “formação”?

Na opção consciente por uma formação de professores crítica e problematizadora, pode-se inferir que o modelo de “Educação Remota” tem sido apenas um meio e não “O” projeto educativo em si. Apesar das inúmeras possibilidades que se abrem diante da massificação das tecnologias digitais, da plataformização do trabalho nas organizações, e da sociedade do conhecimento como um todo (CHAUÍ, 2003).

É importante destacar que toda essa “modernização” não é isenta de uma orientação política e pedagógica, e, portanto, de uma intencionalidade, e que somente desta maneira, a partir do caminho da conscientização acerca dos referenciais envolvidos na prática, é que se pode falar em Educação, seja ela presencial, híbrida ou remota.

Sendo assim, impõe-se que tenhamos uma clara e lúcida compreensão de nossa ação, que envolve uma teoria, quer o saibamos ou não. Impõe-se que, em lugar da simples doxa em torno da ação que desenvolvemos, alcancemos o logos de nossa ação. Isso é tarefa específica da reflexão filosófica. Cabe a esta reflexão incidir sobre a ação e desvelá-la em seus objetivos, em seus meios, em sua eficiência (FREIRE, 1997. p. 31).

Neste caminho, a Educação para Paulo Freire faz parte do próprio exercício da liberdade. Para o professor “Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber” até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta”. Para ele, “... a ação educadora (...) deve ser a de comunicação, se quiser chegar ao homem, não ao ser abstrato, mas ao ser concreto, inserido em uma realidade histórica”(FREIRE, 1997, p. 5-6).

Por isso é que a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1997, p. 59)

Em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, Freire nos traz o seguinte questionamento: Mas afinal, em que medida a força operacional do conceito² “Extensão” representa a intencionalidade

²TRIER: Teoria dos campos linguísticos.

da Educação em promover a liberdade humana? Através do exercício de aproximação semântica, o texto vai nos conduzindo a perceber que a palavra “Extensão” está imersa em um campo associativo³ de palavras como: Transmissão; Entrega; Doação; Messianismo; Mecanicismo; Invasão Cultural; e Manipulação. Desta forma, ressalta Freire (1997, p.16) que “... ao submeter o termo extensão a uma análise semântica, ao estudar seu “campo associativo” de significação, verificamos a incompatibilidade entre ele e uma ação educativa de caráter libertador”.

No decorrer da leitura, seu livro também nos leva a refletir sobre o equívoco gnosiológico ao qual nos conduz o termo “extensão”:

No fundo, a substituição de procedimentos mágicos por técnicas “elaboradas” envolve o cultural, os níveis de percepção que se constituem na estrutura social; envolve problemas de linguagem que não podem ser dissociados do pensamento, como ambos, linguagem e pensamento, não podem sê-lo da estrutura. Qualquer que seja o momento histórico em que esteja uma estrutura social (esteja transformando-se aceleradamente ou não), o trabalho básico do agrônomo-educador (no primeiro caso mais facilmente) é tentar, junto com a capacitação técnica, a superação da percepção mágica da realidade, como a superação da doxa, pelo logos da realidade. É tentar superar o conhecimento preponderantemente sensível por um conhecimento, que, partindo do sensível, alcança a razão da realidade (FREIRE, 1997, p. 23-24).

Um conhecimento que “partindo do sensível, alcança a razão da realidade”, ou seja, educação pressupõe dialogo a partir do “encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. No caso deste trecho do livro, a crítica de Freire (1997) discorre sobre uma educação deslocada da realidade, autoritária, homogeneizadora, e que não respeita a pluralidade e diversidade cultural. Aqui, é possível estabelecer uma analogia a outro termo freiriano, pensando no campo da formação de professores, a “Educação Bancária”, aquele modelo de ensino em que os conteúdos da grade curricular são saberes estáticos, cristalizados, sem contexto histórico e envolvimento social. São apenas informações depositadas nos alunos.

Especificamente, na construção histórica do campo da Educação Especial Inclusiva, percebe-se que, justamente a “sinuosa transição” entre a perspectiva Integracionista e a perspectiva Inclusiva, advém de um amadurecimento filosófico e conseqüentemente político, praxiológico, principalmente, no campo dos Direitos Humanos. Mantoan (2003, p. 17) pontua que “A distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos diferentes níveis de ensino”. Para Ferreira

as tentativas históricas de mudanças na pedagogia levaram à transformação dos métodos, técnicas e programas educacionais, deixando, porém, intactos os pontos fundamentais do modelo escolar tradicional. Suas práticas, a estrutura das instituições, as relações escolares, as atitudes profissionais, o tempo e o espaço em que a educação dos alunos se dá, nunca foram realmente modificados (FERREIRA 2007, citado por SISSON, 2009, p. 49).

Incluir significa disposição para construir relações de troca de saberes e experiências, aprendizagem mútua. A inclusão é justamente o movimento político que propõe um olhar (auto) crítico para e na realidade. Para Sisson (2009, p. 48) “... seria preciso priorizar a educação como formação ética e ressaltar a autonomia e a dignidade como valores essenciais” do ser humano.

A inclusão é, portanto, um movimento político com fundamento na teoria histórico-cultural

³BALLY: “... dentro de uma unidade estrutural linguística se estabelecem relações associativas que vão se desdobrando entre os campos significativos dos vários termos”.

de Vygotsky, tem como grande militante a professora Matoan, e também profundas relações com a ideia freireana de “Educação como prática da liberdade”.

Este aprofundamento da tomada de consciência, que precisa desdobrar-se na ação transformadora da realidade, provoca, com esta ação, a superação do conhecimento preponderantemente sensível daquela com que se alcança a razão da mesma. É uma apropriação que faz o homem da posição que ocupa no seu aqui e no seu agora, do que resulta (e ao mesmo tempo produz) o descobrir-se em uma totalidade, em uma estrutura, e não “preso” ou “aderido” a ela ou às partes que a constituem. Ao não perceber a realidade como totalidade, na qual se encontram as partes em processo de interação, se perde o homem na visão “focalista” da mesma. A percepção parcializada da realidade rouba ao homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre ela (FREIRE, 1997, p. 24).

Se incluir é um processo de apropriar-se de si e da existência em sua totalidade no sentido de uma ação libertadora e transformadora, cabe levantar aqui algumas questões: Em que medida a experiência da Educação Remota no VII SEUDI e da Extensão Universitária como um todo, em tempos de pandemia, têm conseguido promover um ambiente de aprendizagem inclusiva e de desenvolvimento humano na prática da liberdade? Em que medida esta “modernização” das estratégias têm contribuído para a construção da práxis da educação na perspectiva inclusiva? Sobre isso, Freire nos atenta para

Na modernização, de caráter puramente mecânico, tecnicista, manipulador, o centro de decisão da mudança não se acha na área em transformação, mas fora dela. A estrutura que se transforma não é sujeito de sua transformação. No desenvolvimento, pelo contrário, o ponto de decisão se encontra no ser que se transforma, e seu processo não se verifica mecanicamente. Desta maneira, se bem que todo desenvolvimento seja modernização, nem toda modernização é desenvolvimento (FREIRE, 1997, p. 47).

Nesse sentido, “o que interessa para a Educação” deveriam ser justamente as contribuições que esta “modernização” pode trazer para o desenvolvimento humano. Neste caminho de desafios e aprendizagens, é necessário coragem para romper com o paradigma da grade curricular, e ousadia para desenvolver projetos de educação cujo princípio seja a uma ética da libertação.

Diante dos novos desafios trazidos pela pandemia, a universidade pública resiste ao desmonte das políticas sociais no país e, especificamente, na educação pública superior os cursos de licenciatura! A construção de conhecimento na formação de professores deve passar necessariamente, pela crítica ao próprio sistema educacional brasileiro que ainda mantém-se vinculado a um esquema passivo de absorção de normas e padrões elitistas e, a resposta aos questionamentos em torno do SEUDI, levantadas anteriormente, permite inferir que o período pandêmico que escancarou desigualdade, mostrou-se fecundo, do ponto de vista das possibilidades criadas quando referente aos pesquisadores convidados de diversos estados e universidades brasileiras e, sobretudo do alto índice de adesão e participação dialógica que foi possibilitado, mas, também, por ter explicitado sujeitos excluídos do processo síncrono impulsionou a vislumbrar a realização de edições em contexto presencial articulada com o contexto virtual, ou seja, um novo desafio a realização simultânea presencial-virtual, benesses do advento das tecnologias e, conseqüentemente continuar presente como uma ação com vistas à promoção de ambientes de aprendizagem inclusiva como prática de liberdade. Sem este horizonte as discussões sobre diversidade e inclusão perdem-se em si mesmas.

A EXPERIÊNCIA REMOTA DE (RE)INVENTAR O VII SEUDI

O VII SEUDI aconteceu entre os dias 24 e 28 de agosto de 2020, através de uma sequência de transmissões ao vivo pelo Canal do *YouTube* da UNESPAR Campus Paranaguá, e reuniu um público diário de mais de quinhentas pessoas. Ao todo ocorreram apresentações de mais de vinte professores/acadêmicos diferentes.

Naquele momento da pandemia do COVID-19 e do necessário isolamento social, sobrevivíamos ao ápice da primeira grande onda de contágio que assolou e ainda assola nosso país. A situação inédita, somada às posturas negacionistas dos gestores que ocupavam as cadeiras do próprio executivo, expressaram-se de forma extremamente negativa no Litoral Paranaense, que já possui uma história marcada pela injustiça e exclusão social.

O Informe Epidemiológico da SESA-PR do dia 24 de agosto de 2020, e a sequência de todos os boletins divulgados, nos recordam que nossa região liderou no Estado do Paraná os Coeficientes de Mortalidade, alcançando já em agosto um número assustador de cento e quatro óbitos por COVID-19, sendo que pelo menos cinco mil pessoas já haviam sido infectadas. Hoje, um ano depois da VII Edição do SEUDI, ultrapassamos a marca absurda de mil e cem óbitos em toda região, com mais de quarenta mil pessoas testadas positivo, o que representa quase 15% de toda a população regional contaminada (SESA-PR, 2021).

Sendo assim, de forma geral esta era a conjuntura da realização deste evento que teve que se (re)inventar para que pudesse acontecer e ao mesmo tempo garantir o acesso à toda comunidade acadêmica. O próprio processo de planejamento da programação das atividades já exigiu da equipe organizadora novas habilidades de comunicação digital e ao mesmo tempo uma postura ainda mais próxima da práxis inclusiva, tendo em vista que a situação de vulnerabilidade social se agravava. Era necessário que o evento, antes de qualquer coisa, fosse uma expressão de acolhimento, sem que com isso o conhecimento acadêmico científico fosse deixado de lado.

Neste movimento de acolhimento, em uma das conferências foi apresentado o CEDH Acolhe, um programa institucional de apoio psicológico e escuta de acolhimento, promovido pelo CEDH. A conferência que deixou evidente que o SEUDI não pode ser visto como um evento isolado das demais políticas de inclusão universitária da UNESPAR, mas ele faz parte de um projeto institucional maior que privilegia a escuta e o apoio educacional especializado na perspectiva diversidade e inclusão humana.

Um dos grandes desafios do trabalho com a educação remota, e mais especificamente da extensão remota, tem sido justamente a promoção de canais de diálogo efetivo, de construção do conhecimento e não apenas de transmissão de ideias e conteúdos acadêmicos. Em um evento como SEUDI, que reuniu mais de quinhentas pessoas, a estratégia síncrona que utilizamos para alcançar, de alguma maneira, aquilo que estava sendo apreendido pelo público, além da interação ao vivo via *chat* do *Youtube*, foi a construção de um formulário de presença com questões discursivas em torno de quatro temas: 1) A temática abordada contribuiu para sua formação acadêmica – profissional? 2) Indique os aspectos mais relevantes para você. 3) Os recursos técnicos atenderam às demandas do evento? 4) Que temas ou assuntos você considera importante serem abordados nas próximas edições do SEUDI?

Sobre a contribuição do SEUDI para formação acadêmica, de forma geral os participantes consideraram o evento de grande relevância, tecendo relações entre o panorama geral das políticas de inclusão e a prática do professor em sala de aula. Independente do curso de cada um, a maioria das licenciaturas, ficou claro nas respostas que a temática “Inclusão” é considerada transversal e extremamente necessária para os desafios atuais da educação escolar, mas também para a convivência em sociedade.

Com relação aos “aspectos mais relevantes do evento” destaque para as “práticas inclusivas em sala de aula”. Muitos estudantes relataram sobre a importância de conhecer diferentes experiências inclusivas na escola, como forma de adquirir segurança profissional e aprimorar suas práticas educativas. Também foi apontado como temática importante “a participação dos próprios estudantes com deficiência”, de forma que possam falar sobre seus sentimentos, sobre como se sentem em relação às políticas inclusivas na prática.

Sobre os recursos técnicos e acessibilidade, em alguns momentos houve pequenas falhas na transmissão das videoconferências, no entanto nada que comprometesse a qualidade da apresentação, assim sempre era solicitado que o professor retomasse sua fala de onde havia parado. Todas as apresentações foram traduzidas em Libras e, também foram utilizadas a audiodescrição como recurso de acessibilidade.

Sobre a abordagem do evento, alguns participantes afirmaram que, embora, pudessem apresentar questionamentos no *chat* a dificuldade interacional em tempo real tornou, em algumas das exposições, as falas cansativas o que ensejou maior interatividade, como um desafio a ser superado em outras edições. A questão do tempo, também, apareceu como um entrave, “os temas e recursos do evento são interessantíssimos, porém a carga horária acaba sendo um pouco cansativa, uma vez que muitos trabalham fora”, esse relato reporta ao fato de que, no contexto da pandemia, sala de aula e trabalho coexistiam, na maioria das vezes, na própria casa dos participantes.

Algumas pessoas relataram que tiveram dificuldade para enxergar os slides das atividades e, também que a tela de apresentação da intérprete de libras estava muito pequena, principalmente aqueles que acompanharam o evento pelo celular. A qualidade da internet também foi registrada como um obstáculo para participação, já que muitos estudantes utilizavam dados móveis com pacote limitado.

No contexto dos estudantes que não conseguiram participar das atividades de forma síncrona, importante destacar que na época da realização da VII edição do SEUDI a UNESPAR ainda não havia lançado seu edital do programa de empréstimos de celulares e auxílio emergencial de inclusão digital para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, apoio pedagógico que teve início em 26 de abril de 2021. Assim, antes deste edital a participação foi também reflexo das condições estruturais de cada um. Ao mesmo tempo em que incluiu pessoas de outros lugares, que possuíam acesso à internet, excluiu pessoas da própria comunidade acadêmica local. Entretanto, como já assinalado esses acadêmicos participaram em momento *off-line*.

A última questão do formulário teve como objetivo realizar um levantamento geral sobre as temáticas e assuntos considerados importantes para serem abordados nas próximas edições do SEUDI. A partir deste levantamento tem sido possível compreender melhor a motivação e interesse dos estudantes, assim como planejar e articular as atividades da próxima edição do evento.

Algumas temáticas sugeridas não estavam estritamente ligadas à “Inclusão de pessoas com deficiência”, mas diziam respeito à questão da Diversidade de forma mais ampla, conforme consideração feita por um dos participantes: “Para os próximos eventos ampliar o alcance do tema diversidade, que vai além da pessoa com deficiência”. Nesse sentido, surgiram algumas sugestões temáticas, como: relação de gênero e sexualidade nas escolas; agressão física e abuso sexual de crianças; cotas na universidade; políticas de inclusão digital; privatização das universidades; racismo; negro(a) na universidade; educação quilombola; educação no campo e nas ilhas; educação e movimentos sociais; educação híbrida; mães universitárias; apráxis na educação; autoestima e aprendizagem; práticas pedagógicas interativas, entre outros.

Destaca-se que apesar de se constituírem temáticas muito relevantes no âmbito do SEUDI essas podem ser tratadas na perspectiva interseccionalidade, uma vez que outros programas e

projetos da Universidade, como o Núcleo de Educação para as Relações Étnicas Raciais (NERA) e Núcleo de Educação para a Relação de Gênero e Diversidade Sexual (NERG), abordam de forma mais efetiva e sistemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão acerca da trajetória do SEUDI revelou a importância do evento, sobretudo, numa perspectiva dialógica. O retorno dado pelos participantes da VII permitiu compreender que mesmo o SEUDI tendo fundado sua trajetória no trabalho de inclusão da pessoa com deficiência, existem condições e interesses para que “outras” temáticas apresentadas façam parte da composição das próximas edições do evento, principalmente, se articuladas através do trabalho dos três núcleos que compõe o CEDH: NESPI (Núcleo de Educação Especial Inclusiva); NERG (Núcleo de Educação para as Relações de Gênero); NERA (Núcleo de Educação para as Relações Étnico Raciais)⁴. , o que ressalta a importância do seminário como espaço de comunicação dialógica e educação para liberdade, ou seja, a extensão no sentido freiriano que contraria à mera transmissão.

Foi possível compreender, também, que o SEUDI faz parte de um todo da política institucional de inclusão, e que talvez, se fosse analisado, isoladamente, o evento poderia cair na contradição da própria crítica freireana sobre a ideia de extensão, como uma atividade apenas de transmissão das ideias, que não leva em consideração a diversidade. No entanto, quando pensado de maneira contextualizada, mesmo dentro de suas especificidades da Educação Especial Inclusiva, percebe-se a importância do evento, e, seu papel no enfrentamento dos novos desafios para inclusão universitária.

Com este ensaio foi possível concluir que mesmo diante das dificuldades do inesperado, de forma geral o resultado do VII SEUDI foi muito significativo, já que por um lado a educação remota conseguiu ampliar as possibilidades no caminho da Diversidade e da Inclusão Universitária, principalmente, pensando no alcance e abrangência geográfica da atividade. Entretanto foi justamente este modelo remoto que nos escancarou o fato de que a exclusão é um fenômeno inerente ao próprio sistema capitalista, é o fenômeno da desigualdade que se materializa quando muitos estudantes da classe trabalhadora não conseguiram participar das atividades acadêmicas de forma síncrona por falta de recursos financeiros para acessar a internet. Portanto, o SEUDI no modelo remoto ensejou um novo desafio para as próximas edições a busca por articular simultaneamente presencial e virtual.

Depois de um ano de isolamento social já estamos melhores preparados para enfrentar os novos desafios, afinal “Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar” (FREIRE, 1992, p. 70).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. G. A. FERREIRA, E. L. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, n. especial, p. 67-75, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/ktwzW6gvH8bH8xqfkyS7rtm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

⁴Importante salientar aqui, que a UNESPAR, através do CEDH, organiza anualmente um evento intitulado “Seminário Nacional de Educação em Direitos Humanos”. Este seminário é fruto justamente da articulação entre o trabalho dos três núcleos que compõe o CEDH e os diversos Campus da universidade.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: <https://www.finom.edu.br/assets/uploads/cursos/categoriasdownloads/files/20190628210617.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Ed. Moderna, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLAR-Maria-Teresa-Egl%C3%A9-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

PARANÁ. Secretaria de Saúde. **Boletim da COVID-19 da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. 2021**. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/servicos/Saude/Covid-19/Acessar-os-boletins-da-Covid-19-da-Secretaria-da-Saude-lqNjK3x>. Acesso em: 24 jun. 2021

PLETSCH, M. D. A. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v.22, n. 81. p. 1-25, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898089.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

RAHME, M. M. F. Inclusão e internacionalização dos direitos à educação: as experiências brasileira, norte-americana e italiana. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n.1, p. 95-110, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/HXTgdgcFsx4SgcWFJ8hQRjg/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SISSON, D. A educação e a ética da libertação de Paulo Freire. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 5, p. 48-62. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/8159>. Acesso em: 05 jul. 2021.

UNESPAR. **II Seminário Educação, Universidade, Diversidade e Inclusão**. 2014. Disponível em: <https://paranagua.unespar.edu.br/noticias/ii-seudi>. Acesso em: 26 jun. 2021.

VOIDÉLO, A. B. MEIRELLES, G. A. L. **Pobreza e extrema pobreza em tempos de pandemia COVID 19: situação do litoral do Paraná**. 2020. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-Pobreza-Litoral.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

Data de recebimento: 17/09/21

Data de aceite para publicação: 23/11/21